

UNINDO ÉTICA E PROGRESSO

Gregorio Carlos De Simone¹

Graduado em Geografia PUC-RIO
Bolsista da Comissão Interna de Gestão Ambiental
Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz
gregorio@ioc.fiocruz.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar a relação entre ética e progresso na essência de suas palavras. Para isso, fizemos um apanhado histórico e conceitual sobre o que seria ética, sua origem, semântica, importância e quais são seus parâmetros de análise. Em seguida analisamos o atual modelo de desenvolvimento, e avaliamos como a educação ambiental pode contribuir para uma mudança social e cultural, de modo a contribuir para a construção do progresso.

Palavras-chave: ética; progresso; desenvolvimento; educação ambiental

LINKING ETHICS AND PROGRESS

Abstract

The objective of this work is to show the relationship between ethics and progress on the essence of these words. To do this, we have a conceptual and historical overview on what is ethical, its origin, semantics, importance and what are the parameters of analysis. Then we analyze the current model of development, and evaluate how environmental education can contribute to a social and cultural change in order to contribute to the construction of progress.

Key words: ethics; progress, development, environmental education

A Ética e suas raízes

Para saber se sem ética pode haver progresso é necessário um estudo que englobe as questões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. Considerando a complexidade da dinâmica do modelo de desenvolvimento global e tendo em vista que este é incapaz de dar conta da diminuição da pobreza e ainda acentuou as desigualdades. Ressalta-se a relevância da análise do modelo de desenvolvimento capitalista, que impactou e ainda impacta de forma direta ou indireta a qualidade de vida e do ambiente.

¹ Trabalho orientado pela Dra. Martha Macedo de Lima Barata, Coordenadora da Comissão Interna de Gestão Ambiental (CIGAmb) do Instituto Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

A ética pode ser interpretada como um termo genérico que designa aquilo que é freqüentemente descrito como a 'ciência da moralidade', que busca conhecer as relações entre os seres humanos e seu modo de ser e pensar. Seu significado é derivado do grego, 'Morada da Alma', isto é, suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a uma determinada sociedade, seja de um modo absoluto.

Eugênio Bucci (2001), em seu livro *Sobre Ética e Imprensa*, descreve a ética como um saber escolher entre 'o bem' e 'o mal' (ou entre 'o mal' e 'o bem'), levando em conta o interesse da maioria da sociedade. Ao contrário da moral, que delimita o que é bom e o que é ruim no comportamento dos indivíduos para uma convivência civilizada, a ética é o indicativo do que é mais justo ou menos injusto diante de possíveis escolhas que afetam terceiros.

Segundo Siqueira (2002, p.21), a distinção e a inseparabilidade entre moral e ética são essenciais para o seu entender. A moral seria advinda do modo de ser individual na relação, e a ética o modo de ser social. A estrutura semântica² de ética é feita da seguinte maneira: *Hexis*: Hábito ou o comportamento adquirido, procedente da ação do homem e *Ethos*: Costume, procedentes da natureza do homem.

A partir dos escritos filosóficos de Vaz (1993) é importante lembrar que o *ethos* humano não é o mesmo *ethos* animal, pois o animal é determinado unicamente pela natureza, enquanto o humano se faz na dialética entre natureza e cultura. Nosso *ethos* é resultante de uma interação com a natureza e com a sociedade, sendo assim impossível pensar em construir uma ética ambiental separada da problemática social. O *ethos* humano vai além do caráter instintivo e repetitivo do *ethos* animal, pois possui também um caráter reflexivo e criativo. Por isso é que podemos refletir, repensar, criar e recriar novas práxis que resultem em posturas éticas transformadoras e libertadoras que, embora e geograficamente restritas, acabam irradiando e iluminando o horizonte mais amplo e universal. Para tentar corrigir costumes não sustentáveis é necessário reeducar hábitos antigos e/ou criar novos hábitos.

² A respeito de uma melhor definição sobre a estrutura semântica da ética, ver Siqueira, 2002.

Porém com a construção lenta e gradual dos costumes é que se conseguirá a introdução de novos hábitos sustentáveis.

Reflexões sobre éticas

Quando se fala sobre ética, surgem diferentes tipos de reflexões e pensadores, mas para abordarmos o tema é importante levantarmos aqui as éticas egocêntrica, antropocêntrica e ecocêntrica.

Serres (1990) nos mostra a ética egocêntrica tida como a ética do sujeito responsável pelo bem-estar do mundo natural, comprometendo-se com a preservação das condições da estrutura à qual pertence enquanto ser vivo. Possuindo várias dimensões que fariam parte de um novo contrato natural, ou seja, o conjunto dos direitos do indivíduo, dos direitos do "outro" e dos direitos da Terra. A ética antropocêntrica ainda está fortemente presente na escala global que usufruiu e ainda usufrui intensamente os recursos naturais sem um modo de visão integrador. Portanto, estuda o comportamento social do homem consigo mesmo, levando-o a condição de espécie superior pela razão, onde ele é o centro, o qual possui um domínio sobre tudo e todos inclusive da natureza.

Atualmente devido aos inúmeros problemas que as sociedades têm passado em relação ao seu ambiente, uma nova corrente tem sido mais difundida: a ecocêntrica. Esta por sua vez tem como visão o homem centrado no tudo, permitindo o estudo do comportamento do homem em relação à natureza. A visão do ser humano passa a ser de se preocupar com suas ações entendendo que ele não é à parte da natureza, ao contrario, é integrante da mesma. Essa nova visão global e integradora faz com que surja uma nova interligação ética entre homem e natureza, onde as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais se incluem e se complementam (MARCUSE, 2001).

Ao querer avaliar a aplicação da ética na prática, muitos autores argumentam que ela está inserida em outra perspectiva de análise, a qual

passa atualmente por uma crise, ou seja, a *crise da ética*. Segundo Carneiro Leão (1992, p.68), essa crise se situa nos princípios de ordenamento e de organização das relações e comportamentos a que foi submetido o mundo industrial capitalista através das possibilidades abertas pelo desenvolvimento da técnica e da ciência. A nova ordem industrial vai sendo feita pelo o homem, mas não para ele.

Ética e Modelo de Desenvolvimento

Dentro deste contexto nos cabe a discussão entre a questão ética e ambiente. Pois na origem das complexas condições ambientais e sanitárias existentes hoje, está o modelo de desenvolvimento capitalista contemporâneo, com a divisão internacional do trabalho e dos mercados, com a constituição dos blocos geopolítico-econômicos, com um trato específico em relação ao valor relativo do ambiente e da saúde, e com seu referencial ético (ou aético) de base no tocante à vida em sociedade. Uma nova ética pressupõe também um mundo integrado, mas que assegure o direito à diversidade em relação aos processos econômicos, culturais e ambientais. “Uma nova ética implica em compromisso com a democracia, significando este conceito um novo modo de relação entre os indivíduos, e destes com o Estado, e uma outra ordem internacional” (RODRIGUES, 1991, p.301).

O desenvolvimento sustentável, a criação de sustentabilidades, o ambientalismo e a responsabilidade social são conceitos interessantes que surgiram nesses últimos anos principalmente devido ao caos de políticas da saúde, economia, cultura e ambiente. Porém se ficarem soltos sem a interligação necessária acabam não ajudando em nada na prática.

O ambientalismo nos remete, assim, à idéia de que uma ética da sustentabilidade passa, necessariamente, por uma sociedade fundada em relações igualitárias e por outros estilos de sociedade

fundada quanto aos padrões de consumo e modos de produção.
(GONÇALVES, 2002, p.60)

No entanto falar em relações igualitárias visto que vivemos num mundo predominantemente capitalista, no qual a máquina burocrática se alimenta das diferenças econômicas e sociais dos indivíduos, é um verdadeiro paradoxo. A partir do Renascimento séc. XVI e, sobretudo no surgimento do capitalismo séc. XVIII, o trabalho passa a ser super enaltecido. “O trabalho dignifica o homem” (GONÇALVES, 2002), o capitalismo antes de ser visto apenas como uma economia é também uma religião laica. A natureza passa a ser objeto, a terra deixou de ter um valor e passou a ter preço. A dominação dos espaços por empresas privadas passa cada vez mais a ter um papel hegemônico em relação ao Estado sobre os nossos destinos, levando assim um descrédito na política. O consumo e a necessidade de mostrar que possui mais bens materiais do que o seu próximo é a base de sustentação do modo de vida capitalista, onde para haver ricos tem de haver pobres. Ao participarmos da excessiva e constante troca de materiais como aparelhos celulares e automóveis, estamos realizando um prazer pessoal, porém ao mesmo tempo estamos contribuindo para o aumento de resíduos não provenientes diretamente da natureza, mas que terão seu desfecho diretamente nela, aumentando assim direta e indiretamente os problemas sociais e ambientais. “A lógica econômica tende para a tirania e não para a democracia.” (GONÇALVES, 2002, p.63).

O significado do “desenvolvimento”, nada mais é do que uma quebra, ou seja, uma mudança no envolvimento dos homens com a terra e seus recursos naturais tais como a água, plantas, sol... Essa mudança de envolvimento, atualmente possui um significado de dominação, o qual é o símbolo maior do progresso de nossa civilização. Eis que o sentido da ética passa a ‘navegar numa quinta dimensão’³, como por exemplo, além da prática da apropriação da terra, via-se numa outra época um homem pertencer a outro homem

³ A justificativa do uso das aspas no termo navegar numa quinta dimensão, se deve a uma reflexão interna do que seria ético ou aético.

naturalmente e agora um homem desempregar outro em nome do desenvolvimento.

Para evitar que o desenvolvimento almejado por todos obtenha unicamente essa definição, a qual possui um significado de dominação, foi criado o conceito de desenvolvimento sustentável, concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.19). Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida na época pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, adotou o conceito de Desenvolvimento Sustentável em seu relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland. Nele, aborda uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelos sub-desenvolvidos. Ressalta ainda os riscos do uso excessivo de recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas, e a incompatibilidade entre o desenvolvimento e os padrões de produção e consumo vigentes (CMMAD, 1991).

De acordo com a Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, o desenvolvimento sustentável é construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores” — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Para esse tripé possuir o equilíbrio necessário é indispensável a presença e atuação conjunta de quatro elementos — sociedade, ambiente, economia e cultura.

No entanto caímos num verdadeiro paradoxo onde temos de reconhecer a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos (SABROZA *et al.*, 1992) e (LIMA, 2002).

Educação Ambiental, um instrumento de mudança

A educação ambiental é a ciência que está inserida numa ética ecocêntrica e surge como uma alternativa para a mudança desse cenário malfazejo a que nos encontramos submetidos, o antropocentrismo. As peças bases para conseguirmos alcançar o equilíbrio pretendido são as mudanças mútuas culturais e sociais das sociedades. A cultura é sim um ponto fortíssimo nas crises ambientais, onde mudanças individuais nos hábitos cotidianos na esfera privada, como o consumo sustentável e a reciclagem são importantes, porém não pode ser classificada como a única fonte a ser mudada. Pois como já dizia Leff (2001):





A incorporação de uma racionalidade ambiental no processo de ensino-aprendizagem implica um questionamento do edifício do conhecimento e do sistema educacional, enquanto se inscrevem dentro dos aparelhos ideológicos do Estado que reproduzem o modelo social desigual, insustentável e autoritário, através de formações ideológicas que moldam os sujeitos sociais para ajustá-los às estruturas sociais dominantes. O ambientalismo surge num processo de emancipação da cidadania e de mudança social, com uma reivindicação de participação popular na tomada de decisões e na autogestão de suas condições de vida e de produção, questionando a regulação e controle social através das formas corporativas de poder e o planejamento centralizado do Estado. Esta demanda de democratização no manejo dos recursos volta-se também para a gestão dos serviços educacionais. (LEFF, 2001, p.256).

Além dessas considerações, presenciamos no Princípio nº 4 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (La Rovère & Vieira, 1992, p.51) uma menção explícita sobre a articulação da educação ambiental com a mudança social:

“A Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.”

Tendo em vista essa perspectiva analítica da educação ambiental, temos:

Tabela 1: Dimensões da educação ambiental

Educação Ambiental	
	
Mudança Cultural	Mudança Social
Função moral da Educação: processo de socialização humana ampliada à Natureza	Função política da Educação: instrumento ideológico de reprodução social
Auto-restrição comportamental: ética	Estabelecimento de regras de convívio social: política
Plano simbólico: valores	Plano material: interesses
Utopia: construção do futuro com ênfase no universo escolar e da juventude	Ideologia: vivência do presente com ênfase nas relações produtivas e mercantis
Natureza como Bem em si com valor intrínseco	Natureza como mercadoria com valor de troca
Social subordinado ao Ambiental	Ambiental subordinado ao Social
Cultura como mediação entre Humano e Natureza	Trabalho como mediação entre Humano e Natureza
Sociedade funcionalista e atomizada: primado do indivíduo e homem genérico	Sociedade conflituosa e desigual: sujeitos sociais específicos
Ética Ecológica	Cidadania e justiça ambiental
Dever moral de proteger a natureza	Direito legal de ter a natureza protegida
Mudar a visão de mundo	Mudar a ação no mundo
“Eu não vou degradar o ambiente”	“Nós não vamos deixar que degradem o ambiente”
	
Mudança Ambiental	

Fonte: LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. & CASTRO, R. C. De (Orgs.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez: 2006, p.83.

Logo, podemos estabelecer uma relação da educação ambiental com responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, onde o desafio da complexidade parece ser o de tornar visíveis as mútuas relações de causalidade multidimensional entre os fatores ecológicos, sociais, culturais, econômicos, políticos, territoriais, e éticos. Já que não estamos acostumados a ver as coisas assim conectadas, muito pelo contrário, nossa tendência é a de fragmentar, separar, dividir e hierarquizar.

Construindo o Progresso

Para conseguirmos a construção de um bom progresso é essencial antes analisarmos as diferentes formas de encará-lo. Para tal existem dois tipos de visões, o quantitativo e o qualitativo.

O progresso quantitativo tem por características acúmulos e expansões numéricas, onde o seu resultado é a riqueza crescente. Com o desenvolvimento tecnológico da nossa civilização, aumentam as necessidades humanas e também os meios de satisfazê-las. Já o progresso qualitativo, como o próprio nome diz é caracterizado com o avanço na qualidade de vida. Foca-se nos problemas sociais mais correntes como o da desigualdade (DIAMOND, 2005).

Nosso desafio para que consigamos realmente progredir seria juntar o quantitativo ao qualitativo, ou seja, mudar o nosso modo de agir. A fim de diminuir as desigualdades e não simplesmente enriquecer sem se preocupar com o próximo, não usufruir os recursos naturais sem se importar com as gerações atuais e as futuras, não desenvolver promovendo as perigosas mudanças ambientais como, por exemplo, a questão do clima e da água.

A primeira coisa a ser feita em busca de uma sociedade sustentável é reconhecer, como nos mostra Paulo Freire (1993, p.77) que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens só se libertam em comunhão. Para uma realidade global, importa também uma ética global, ou seja, pensar globalmente e agir localmente; e de pensar localmente e agir globalmente.” Edgar Morin (2000, p.101) trata o universal como singular, porque cada singular é parte e parcela do universo, logo as singularidades de cada local, povo ou região devem ser mantidos e respeitados, entretanto sempre interligados de um modo que não se descaracterizem e possam se complementar em busca de um modo de vida sustentável.

Portanto é necessária uma mudança profunda de mentalidade para que possamos integrar novos e bons hábitos, contribuindo para a construção de bons costumes, onde o social e o ambiental estejam cada vez mais integrados comprovando que somente com ética é que pode realmente haver o progresso.

Referências

BUCCI, Eugenio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Ed. Companhia das Letras: 2001.

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. A ética do desenvolvimento. 1ed. 1992.

CMMAD/Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas 1987. Nosso Futuro Comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas: 1991.

DIAMOND, Jared. Por que algumas sociedades tomam decisões desastrosas? In: DIAMOND, J. Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record: 2005, p. 501-526.

FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios. São Paulo: Cortez: 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, J. S. Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: Edições Ibama: 2002, p.50-74.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. & CASTRO, R. C. De (Orgs.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez: 2006.

LA ROVÈRE, A. L. & VIEIRA, L. Tratado das ONGs aprovados no Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento: 1992.

LEFF, Enrique. Saber ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes/Pnuma: 2001.

LIMA, Gustavo. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. & CASTRO, R. S. de (orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez: 2002, p.109-141.

MARCUSE, Herbert. Cultura e psicanálise. São Paulo: Paz e Terra: 2001, p. 112-139.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2 ed. São Paulo: Cortez: 2000.

RODRIGUES, Roberto. La etica del desarrollo. Texto apresentado na reunião preparatória da Pré-Conferência de Saúde da Rio-92, promovida pela Fiocruz, Rio de Janeiro: 1991, p.300-303. (mimeo)

SABROZA, Paulo; LEAL, Maria do Carmo. & BUSS, Paulo. The Ethics of Development and Protection to Health Conditions. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 88-95. jan/mar. 1992.

SERRES, Michel. O contrato natural. São Paulo: Cia das Letras: 1990.

SIQUEIRA, Josafá Carlos. Ética e Meio Ambiente. 2ª edição. São Paulo, SP: Loyola: 2002.

VAZ, Henrique. Escritos de Filosofia II. Ética e cultura. São Paulo: Ed. Loyola: 1993.